

## livros recebidos

TONELLA, Celene (Org.).

**Política e sociedade em cidade de porte médio: o caso de Maringá.** Maringá: Eduem, 2015, 204p.

**Pedidos:**

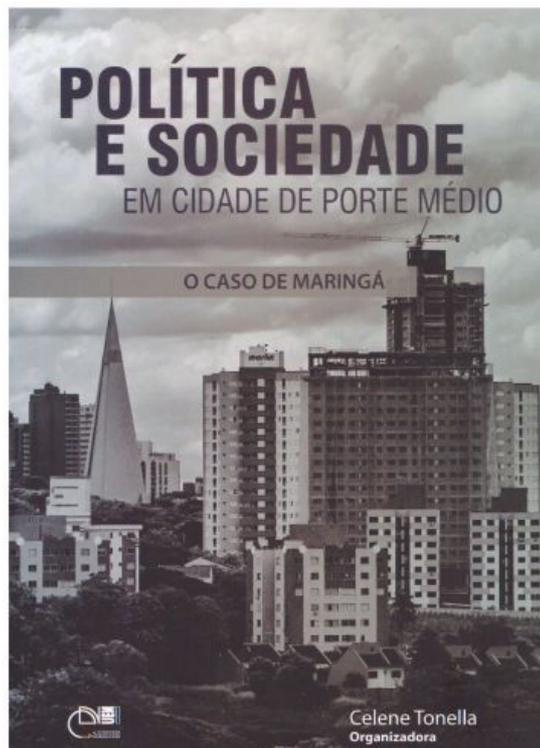
<http://www.eduem.uem.br/novapagina/?q=node/609>

A presente obra constitui uma coletânea de experiências de pesquisa que tem por finalidade principal aprofundar análises em torno da trama urbana e do desenho que assumem as dimensões políticas e sociais em Maringá. Trata-se de uma contribuição focada nos trabalhos produzidos, em sua maioria, em programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

Disseminar o conhecimento produzido para a sociedade faz parte das atribuições dos pesquisadores. E o olhar crítico contribui para acelerar transformações no campo político e social.

A coerência do trabalho encontra-se na necessária reflexão 'intraurbana' em suas múltiplas dimensões: na constituição dos grupos e nos formatos que assumem a representação política, na leitura que a população faz dos temas que lhe diga respeito e, por fim, no desenho que assumem algumas políticas públicas fundamentais à vida no espaço urbano.

Cabem algumas notas introdutórias para orientar aqueles que tomam contato pela primeira vez com a realidade local. No momento em que esta obra foi produzida, Maringá já contava com os dados do Censo de 2010, que apontava uma população de 357.077 habitantes, dos quais 350.653 vivendo em meio urbano. Trata-se de localidade de porte médio e polo metropolitano



Vários autores trataram com, maior propriedade, acerca das características do surgimento de Maringá, entretanto, para subsidiar este trabalho, importa frisar um fundamental traço de seu passado, que, a nosso ver, repercute ainda na definição de um determinado tipo de relação.

Maringá é fruto da iniciativa privada, surgiu na década de 1940, diante da frente cafeeira, saída do Estado de São Paulo em direção ao Norte do Paraná. Todos os núcleos urbanos foram estruturados a partir das concepções de uma companhia privada, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Como núcleo urbano oficial, surgiu em 1947 e a literatura especializada aponta que Maringá já emergiu como produto imobiliário, planejada com vias de circulação, com lotes demarcados e com zonas demarcadas, segundo sua função.

Desde o início do processo de colonização, o padrão contínuo de crescimento do município de Maringá tem ocorrido com a alocação da pobreza na periferia nas chamadas áreas

residenciais populares, previstas já no primeiro projeto. Entretanto o padrão ultrapassou os limites municipais e alcançou as periferias das cidades limítrofes, Sarandi e Paiçandu, tornando-as lugar de residência da população trabalhadora de Maringá.

A cidade polariza a Região Metropolitana de Maringá (RMM), que foi criada em 1998, pela Lei Estadual n.º 83/98, acrescida pela Lei Complementar Estadual n.º 13/565-2002 e pela Lei Complementar n.º 110, e n.º 688 de 2005. Assim, ficou constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga e Ivatuba. ‘A população da região metropolitana de Maringá passou a contar com 612.617 habitantes, estando 587.971 na região urbana e 24.646 na zona rural, distribuídos em treze municípios com uma área territorial total de 3.190,07 km<sup>2</sup> (IBGE/2010)’. A dimensão metropolitana foi abordada na obra Retratos da Região Metropolitana de Maringá – subsídios para elaboração de políticas públicas participativas, lançado pela Eduem em 2010.

Optou-se por uma divisão da obra em duas partes. A primeira, intitulada ‘Grupos sociais e representação política’, reúne trabalhos que trazem contribuição importante para a compreensão de como segmentos sociais e políticos constroem suas referências para pensar a cidade, como atuam e quais são os valores inerentes ‘aos maringaenses’. O capítulo 1, de Jonas Jorge e Eliane Sebeika Rapchan – ‘O templo, a cidade e suas memórias: narrativas de um tempo de (auto)construção em Maringá’ – analisa um conjunto de narrativas elaboradas por um grupo de antigos moradores de Maringá, coletadas em 2010, sobre o

significado da construção da Catedral de Maringá. Catedral que permite uma acentuada visibilidade social, pois, desde o projeto arquitetônico da sua construção, em 1958, até os dias atuais, é considerada como um cartão de visitas da cidade. Desenhada pelo arquiteto José Augusto Bellucci, em forma cônica, com diâmetro de 50 m e uma altura de 114 m que, somados à sua cruz, chega aos 124 m, o monumento conta com uma estética absolutamente em concreto aparente, com vitrais que se configuram em um jogo de cores abstratas. Entre a história da cidade e a da construção desse templo, há uma relação de proximidade. Como informam os autores, desde o projeto arquitetônico da sua construção, em 1958, até os dias atuais, ela vem recorrentemente sendo apresentada como uma vitrine para a cidade.

O capítulo 2, de Tiago Valenciano – ‘As elites e o poder: a Câmara Municipal de Maringá (1997-2012)’, busca desvendar o caminho percorrido para que os vereadores de Maringá, da 11<sup>a</sup> à 14<sup>a</sup> legislatura, integrassem a elite política local. A análise foi realizada a partir da relação existente entre a ‘Teoria das Elites’ e o perfil dos parlamentares que exerceram mandato durante tais legislaturas, por intermédio do método posicional. Quanto à análise desses perfis, foram investigados os padrões de recrutamento dos vereadores, como a origem familiar, o perfil socioprofissional, a escolaridade, a trajetória política e os vínculos políticos, para apontarmos, assim, uma radiografia da Câmara Municipal de Maringá.

O capítulo 3 – ‘Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública’, de Celene Tonella, tem as atenções voltadas para o comportamento da população diante de elementos do exercício da cidadania, da cultura política e dos valores subjetivos

que influenciam fenômenos políticos. A relação entre valores culturais e a dinâmica política ainda se constitui em tema controverso entre os cientistas políticos, mas, cada vez mais, percebem-se vínculos entre as variáveis. A análise ocorre a partir de dados coletados por um survey (2010) realizado com a população de três cidades que compõem a chamada mancha urbana da Região Metropolitana de Maringá: Sarandi, Paiçandu e Maringá. Foram apresentados temas clássicos em pesquisas sobre cultura política e temas controversos, como descriminalização da maconha, legalização do aborto, entre outros.

A segunda parte, denominada ‘políticas públicas’, aborda elementos estruturantes da vida urbana, como a política de transporte público, a política ambiental, a política urbana e, por fim a política dos direitos da criança e do adolescente.

O capítulo 4, de Luciana de Fátima Vidal – ‘Aspectos da representação conselheira no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maringá – PR’, constitui a transição entre a primeira e segunda parte da obra, pois, ao mesmo tempo em que aborda uma política pública – direitos da criança e do adolescente – trabalha também com um tipo de representação política, a representação conselheira. Esse capítulo apresenta alguns resultados da pesquisa sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maringá, sob a perspectiva da representação política. A análise realizada parte do debate contemporâneo sobre a crise e/ou da (re)configuração da representação política, dando ênfase à contribuição dos pesquisadores brasileiros que investigam os novos lugares de participação e de

representação política instituídas pela Constituição Federal de 1988, como é o caso dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas existentes no Brasil.

O capítulo 5, de Celso Nicola Romano e Ana Lucia Rodrigues – ‘A morte no trânsito como indicador de violência urbana’, tem como proposta problematizar o tipo de violência a que os maringenses estão sujeitos. Em data recente, Maringá foi apontada como uma cidade com baixíssimos índices de morte violenta. Conforme afirmam os autores, a taxa de homicídio tem sido usada como proxy de violência e dela se tem inferido que Maringá seja uma cidade segura, proclamada naquele contexto como a menos violenta do Brasil. Todavia propõem a reflexão se os acidentes de trânsito, que em Maringá matam muito mais pessoas do que os homicídios, não seriam um indicador de violência suficiente para invalidar essa imagem de cidade não violenta com a qual vem sendo identificada.

O capítulo 6, de Juliana Kerkoff e Celene Tonella – ‘A tutela legal do meio ambiente como instrumento de políticas de sustentabilidade’, discorre sobre a importância da legislação ambiental municipal como instrumento na construção da política de desenvolvimento sustentável. Trata-se de um trabalho que também desmistifica a imagem criada pelo marketing político de Maringá cidade verde. Aponta sérios problemas no ambiente urbano, observando que não é por falta de legislação ambiental que a gestão ambiental no Município não tem sido eficaz para a preservação e para a recuperação dos recursos naturais.

[INTRODUÇÃO]